

## Questões de Direito Constitucional

1. Sobre os direitos e garantias fundamentais assinale a alternativa **incorreta**.

- a) todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- b) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- c) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante indenização em títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;
- d) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

2. Sobre o sistema constitucional de saúde assinale a alternativa **incorreta**.

- a) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
- b) são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;
- c) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema

único, organizado de acordo com as diretrizes previstas na Constituição;

d) o sistema único de saúde será financiado, nos termos da lei, com recursos do orçamento da seguridade social e da União, além de outras fontes.

3. Assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal:

- a) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- c) Em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, razoabilidade, publicidade e eficiência.
- d) é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

## Questões de Direito Administrativo

4. Sobre as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos;
- b) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- c) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em

concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

d) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

5. O dever de a Administração apontar os fatos e fundamentos jurídicos do ato administrativo decorre, especificamente, do princípio:

- a) da legalidade.
- b) da motivação.
- c) da publicidade.
- d) da moralidade.

6. Nos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014 (Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil), assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A administração pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias.
- b) São organizações da sociedade civil as entidades privadas sem fins lucrativos que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.
- c) Define-se como dirigente a pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil, habilitada a assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e

recíproco, sendo vedada a delegação dessa competência a terceiros.

d) O administrador público é o agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros.

7. De acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021 (estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas), assinale a alternativa **incorreta**:

- a) São modalidades de licitação o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo.
- b) É inexigível a licitação quando inviável a competição.
- c) É dispensável a licitação para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente inferiores aos praticados no mercado ou compatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.
- d) A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e tratando-se de bens imóveis exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão.

### Questões de Direito Civil

8. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

b) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

c) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de justiça.

d) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

**9.** De acordo com o atual Código Civil, assinale a alternativa **correta**:

a) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

b) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, de ofício, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

c) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo temporário.

d) São bens móveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

**10.** De acordo com o atual Código Civil:

a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, sendo que todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

b) Os bens públicos dominicais são inalienáveis, observadas as exigências da lei.

c) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

d) É de três anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.

## Questões de Direito Processual Civil

**11.** De acordo com o Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa **incorreta**:

a) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

b) Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica.

c) A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

d) A tutela da evidência será concedida, desde que demonstrado o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

**12.** De acordo com o Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa **correta**:

a) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local.

b) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será somente a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.

c) Haverá resolução do mérito quando o juiz homologar a desistência da ação.

d) Fazem coisa julgada os motivos para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença e a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

**13.** De acordo com o Código de Processo Civil vigente e a Lei do Mandado de Segurança, Lei Federal nº. 12.016/09, assinale a alternativa **incorreta**:

a) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.

b) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe recurso ordinário.

c) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.

d) A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

**14.** Nos termos do artigo 910 do Código de Processo Civil (CPC), é **correto** afirmar que:

a) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para pagar em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de penhora de seus bens.

b) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para pagar em 30 (trinta) dias úteis, sob pena de penhora de seus bens.

c) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será

citada para opor embargos em 15 (quinze) dias.

d) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.

**15.** No que se refere à Advocacia Pública no Código de Processo Civil (CPC), assinale a alternativa **correta**:

a) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pelo Diário Oficial Eletrônico (DOE);

b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal;

c) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar, cuja contagem terá início a partir da intimação pelo Diário Oficial Eletrônico (DOE).

d) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar, cuja contagem terá início a partir da intimação pelo Diário Oficial do Município (DOM).

**16.** Quanto às Provas no Direito Processual Civil, nos termos do Código de Processo Civil (CPC), é **correto** afirmar que:

a) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;

- b) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao Autor, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu;
- c) Dependem também de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos;
- d) Dependem de prova os fatos notórios, salvo se afirmados por uma parte e não confessados pela parte contrária.

### Questões de Direito Tributário

**17.** Conforme o texto da Súmula nº 392, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa **correta**:

- a) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) a qualquer tempo, quando se tratar de correção de erro material ou formal, inclusive para a modificação do sujeito passivo da execução;
- b) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) somente até o trânsito em julgado da sentença de embargos, vedada a substituição quando se tratar de correção de erro material, formal ou modificação do sujeito passivo da execução;
- c) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução;
- d) A Fazenda Pública não pode substituir a certidão de dívida ativa quando se tratar de correção de erro material ou formal, salvo quando para a modificação do sujeito passivo da execução.

**18.** De acordo com o artigo 156, da Constituição Federal (CF), o Imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI), compete ao Município:

- a) Da situação do bem;
- b) Do domicílio do alienante;
- c) Do domicílio do adquirente;
- d) Do domicílio do alienante ou do adquirente.

**19.** No que se refere ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), segundo o Código Tributário Nacional (CTN), é **correto** afirmar que:

- a) A base de cálculo do imposto é o valor da diferença entre o valor da venda e o valor da anterior aquisição do imóvel (lucro imobiliário);
- b) A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel;
- c) Tem como fato gerador a alienação onerosa de imóvel urbano;
- d) Tem como fato gerador a cessão de direitos reais sobre imóveis, salvo os direitos reais de garantia.

**20.** No que se refere ao entendimento, em matéria tributária, objeto da Súmula Vinculante nº 41 do Supremo Tribunal Federal, é **correto** afirmar que:

- a) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante imposto;
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante contribuição;
- c) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa;
- d) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.



